



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**MANOELA DE OLIVEIRA VERAS**

**O SILENCIAMENTO DE MULHERES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA  
ANÁLISE DO CASO BERTHA LUTZ**

Florianópolis

2022

**MANOELA DE OLIVEIRA VERAS**

**O SILENCIAMENTO DE MULHERES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA  
ANÁLISE DO CASO BERTHA LUTZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade do Sul de Santa Catarina como  
requisito à obtenção do título de bacharela.

Orientador: Prof. Luciano Daudt da Rocha, Dr.

Florianópolis

2022

**MANOELA DE OLIVEIRA VERAS**

**O SILENCIAMENTO DE MULHERES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA  
ANÁLISE DO CASO BERTHA LUTZ**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado com nota máxima à obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de novembro de 2022.

---

Professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Professora Andréia Daltoé, Dra.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Profa. Suzana Veiga do Nascimento, Dra.  
Universidade Federal de Pernambuco

Às gigantes que vieram antes de mim e  
ofereceram-me seus ombros para que eu visse  
mais longe. Seus legados permanecem vivos  
em minhas palavras.

## AGRADECIMENTOS

A escrita sempre me foi uma atividade prazerosa. No papel, sentia-me livre para despejar as inquietações sobre a realidade que me cercava. Por alguns anos, reservei minhas palavras apenas para mim, preservando-as do olhar do outro e, portanto, das inevitáveis divergências. Fazia questão que o riscar da caneta não perturbasse a paz daqueles que exerciam o pensar formalmente, uma vez que compreendia minhas reflexões enquanto insuficiente perante a grandeza das minhas referências intelectuais. Assim permaneci até o dia em que uma professora que transbordava sensibilidade me viu escrevendo e pediu para ler. Sua reação imediata foi pedir para que eu divulgasse para o mundo aquilo que fazia da minha mente sua morada. Malí, agradeço pelo incentivo e carinho.

A partir do momento que iniciei minhas publicações, percebi que um fantasma me roubava a caneta e riscava os cadernos, sussurrando em meus ouvidos que aquela atividade não era digna às mulheres. Virginia Woolf o chamou de “Anjo do Lar” e apontou como essa figura se faz presente nas mentes de todas as mulheres que ousam pensar numa sociedade em que somos hierarquizadas enquanto segundo sexo, apontadas como reprodutoras sociais e cuidadoras não remuneradas da esfera privada. Diariamente, esse fantasma tenta me silenciar. Entretanto, a cada tentativa, minha voz ecoa mais alto que suas indagações, graças ao apoio daquelas que trilharam este caminho antes de mim e pavimentaram minha jornada com seus legados. A elas, agradeço pela coragem.

Para além de minhas inspirações na história, é necessário expressar minha gratidão aos meus familiares que me apoiaram, oferecendo-me exemplos de resiliência e determinação. Brindo a vida de minhas tias, tios, primas e primos, que, por vezes, não se fizeram fisicamente presentes, mas garantiram sua participação ativa em minha vida, estimulando-me a buscar minha emancipação por meio da educação. Especialmente aos meus pais, agradeço pela herança intelectual que me foi concedida desde a infância. Se posso traçar a tinta no papel, é porque vocês me ofereceram a caneta desde o princípio, combatendo meu Anjo do Lar muito antes que eu pudesse nomeá-lo.

No que se refere ao âmbito acadêmico, agradeço às minhas professoras e professores que sempre auxiliaram nesta caminhada, desde aqueles que me conheceram na infância até minhas grandes mestras e mestres do ensino superior, em especial Kátia, Sílvia, Rejane, Rogério e Paulo. Vocês são inspirações para além dos muros das UNISUL e ensinaram-me a

ser uma pessoa mais empática e solidária. Destaco também minha gratidão ao professor Luciano, orientador e inspiração de docente que sempre proporcionou a liberdade de pensamento quando bem embasado. À professora Suzana Veiga, agradeço pela coorientação, pela sabedoria e pelo carinho em todas as reuniões que definiram não apenas o futuro deste trabalho, mas impactaram profundamente em minhas visões de mundo e objetivos acadêmicos. Ademais, expresso minha gratidão aos meus colegas que sempre me ampararam, ampliando meus horizontes com novas perspectivas. Em especial, destaco as contribuições dos colegas Lara, Brenda, André, Beatriz e Gabriéli, pessoas tão jovens e intelectualmente excepcionais. Nossas discussões e momentos de leveza em meio ao caos foram essenciais para a elaboração deste trabalho.

Estendo meus agradecimentos às amigas e amigos que sempre transbordam companheirismo, desde aqueles que acompanham meu caminhar mesmo antes da graduação até os que, em pouco tempo, entraram na minha vida e tornaram-se fundamentais para a preservação de minha saúde mental, possibilitando risadas e abstrações. Vocês humanizaram este processo tão árduo, facilitando-o. Particularmente, celebro a vida das mulheres que conheci a partir do podcast Olhar à Veras e tornaram-se amigas, fortalecendo uma rede potente de mulheres cientistas e ativistas que tenho a satisfação de fazer parte. R&C, a influência de vocês pode ser sentida em cada linha deste trabalho. Agradeço também à minha namorada Luísa, que, com seu apoio e inteligência, contribuiu muito para este trabalho com discussões sobre a condição material das mulheres e ofereceu-me doses imensuráveis de carinho e amor durante a escrita, acolhendo-me em todos os momentos de dúvida. À minha cunhada Júlia, agradeço pelas conversas sempre profundas que ampliaram minhas reflexões de diversas maneiras.

Por fim, agradeço à Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC) por oportunizarem a remuneração das minhas pesquisas realizadas durante a graduação. O Brasil enfrenta uma vasta fuga de cérebros devido à falta de fomento à pesquisa, portanto, programas de incentivo à produção de ciência são preciosos para a valorização das pesquisadoras e dos pesquisadores que possuem a coragem de nadar contra a maré, preservando a razão numa era em que o negacionismo impõe-se violentamente.

“Pela maior parte da História, 'anônimo' foi uma mulher” (Virginia Woolf, 1929).

## RESUMO

Bertha Lutz foi uma ativista feminista que realizou um papel fundamental para a inclusão da palavra mulher na Carta das Nações Unidas, documento fundador da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda assim, seu legado permanece pouco conhecido nas Relações Internacionais, destino que é oferecido à maioria das mulheres protagonistas da História da Humanidade. Nesse sentido, para investigar sua vida e seu processo de silenciamento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza básica e abordagem qualitativa a fim de responder a seguinte pergunta de pesquisa: o silenciamento de Bertha Lutz é um caso isolado nas Relações Internacionais (RI)? Além disso, buscou-se referências sociais e históricas para demonstrar que a História das Mulheres é uma abordagem que pode contribuir na visibilidade de mulheres nas RI a partir da realização de revisionismos históricos centrados nas trajetórias femininas.

Palavras-chave: Bertha Lutz. Carta das Nações Unidas. História das Mulheres.

## **ABSTRACT**

Bertha Lutz was a feminist activist who played a key role in including the word woman in the United Nations Charter, the founding document of the United Nations (UN). Even so, her legacy remains little known in International Relations, a fate that is offered to most women protagonists in the History of Humanity. In this sense, to investigate her life and her process of silencing, a basic bibliographic and documentary research was carried out with a qualitative approach in order to answer the following research question: the silencing of Bertha Lutz is an isolated case in International Relations (IR)?. In addition, social and historical references were sought to demonstrate that the History of Women is an approach that can contribute to the visibility of women in IR from the realization of historical revisionisms centered on female trajectories.

**Keywords:** Bertha Lutz; United Nations Charter. Women's History.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Recorte de Jornal sobre os membros da Comissão do Anteprojeto de Constituição.....	20
<b>Figura 2</b> – Dia da posse no mandato de Deputada Federal, 28 de julho de 1936.....	20
<b>Figura 3</b> – Artigo 1º da Carta das Nações Unidas.....	22
<b>Figura 4</b> – Artigo 8º da Carta das Nações Unidas.....	22

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>PONDERAÇÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS</b> .....	<b>15</b>
2.1	NOTAS HISTÓRICAS .....	15
2.2	NOTAS CONCEITUAIS .....	16
<b>3</b>	<b>BERTHA LUTZ: CASO ISOLADO?</b> .....	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>DESCONHECIMENTO NÃO É CASO ISOLADO, É PROJETO</b> .....	<b>23</b>
4.1	MULHERES OU OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA .....	23
4.2	OUTRAS POSSIBILIDADES: O IMPACTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES .....	26
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do fracasso da Liga das Nações com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, debates emergiram nas mesas de negociações interestatais sobre mecanismos que evitassem o surgimento de outros conflitos globais de grandes proporções, almejando intensificar a segurança no cenário internacional. Nesse sentido, documentos como a Declaração do Palácio de St. James (1941), a Carta do Atlântico (1941), as conferências de Moscou e de Teerã (1943), e os encontros de Dumbarton Oaks e Ialta (1944) já demonstravam que, ainda durante a Segunda Guerra, os esforços das nações Aliadas estavam voltados, numa perspectiva global, à criação de uma organização internacional que efetivamente buscasse a paz e a segurança mundial. Todavia, apesar das reuniões desde o início da década de 1940, foi apenas entre os dias 25 de abril e 26 de junho de 1945 que representantes de 50 países se reuniram em São Francisco, Estados Unidos, para Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional (ONU BRASIL, 2007).

No evento, a Carta das Nações Unidas, documento que origina a ONU, foi desenvolvida após dois meses de intensos debates entre as delegações. Assim, a Organização das Nações Unidas surgiu no contexto pós-guerra com quatro objetivos principais que ilustravam os interesses das grandes potências do período: manter a paz e a segurança internacional; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; e ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (ONU 1945). Entretanto, apesar do uso recorrente de termos generalistas como “global” e “universal” nos documentos que registram os diálogos entre os delegados, nota-se um déficit visível na representação de um grupo que corresponde à metade da humanidade: as mulheres.

Entre os 160 delegados presentes na Conferência que fizeram parte da negociação final do Tratado fundador da ONU, apenas quatro eram mulheres: a estadunidense Virginia Gildersleeve, a dominicana Minerva Bernardino, a chinesa Wu Yi-Fang e a brasileira Bertha Lutz. Dessas, somente as duas latino-americanas se manifestaram durante a elaboração do documento para a inclusão dos direitos das mulheres na Carta da ONU, ou seja, para além da falta de representatividade quantitativa, observa-se a ausência de mulheres que genuinamente retratassem o movimento feminista que se estruturava de

maneira atuante em dezenas de países do globo. Contudo, apesar do pioneirismo de Lutz e Bernardino, foi apenas em 2016 que seu protagonismo obteve reconhecimento, uma vez que, até a data, atrelava-se erroneamente a referência à igualdade de gênero no documento à ex-primeira-dama dos EUA Eleanor Roosevelt.

A invisibilização e a falta de pesquisas sobre a atuação de Bertha Lutz e Minerva Bernardino não são um caso isolado na história mundial. Como Gerda Lerner expõe em *A Criação do Patriarcado* (2020), as mulheres sempre foram peças centrais, e não marginais, na construção da civilização e da sociedade, todavia, há um movimento sistêmico de universalização de uma História masculinista que as silencia.

A fim de questionar essa versão tratada enquanto única na historiografia, a História das Mulheres emerge para propor revisionismos históricos que visibilizem a atuação de mulheres, grupo amplamente marginalizado na história, combatendo discursos essencialistas que compreendem o apagamento da mulher como natural ao seu sexo. Desse modo, a dialética da História das Mulheres surge da análise da tensão entre o fazer histórico feminino e a sua exclusão na interpretação formal dos acontecimentos a partir das composições sociais, econômicas e políticas.

Assim, a utilização dessas lentes historiográficas nas Relações Internacionais se mostra uma ferramenta útil, tendo em vista que a participação das mulheres na área permanece num profundo contexto de exclusão. A partir dessa percepção, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: O silenciamento de Bertha Lutz é um caso isolado nas Relações Internacionais? Além disso, este trabalho possui três objetivos específicos: analisar a trajetória feminista de Bertha Lutz; explicitar o processo de silenciamento sofrido pela mesma e identificar na História das Mulheres uma ferramenta de combate desse fenômeno.

Para respondê-los, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica de natureza básica e abordagem qualitativa. O principal documento analisado foi a Carta das Nações Unidas. Este trabalho se configura enquanto uma pesquisa descritiva e explicativa, uma vez que há uma preocupação em identificar os fatores que determinam os fenômenos históricos analisados.

A divisão do estudo ocorreu da seguinte forma: introdução; ponderações conceituais e históricas na segunda seção, um breve histórico sobre a vida e trajetória de Bertha Lutz no terceiro capítulo; uma análise sobre seu silenciamento e uma exposição sobre a relevância da História das Mulheres na quarta seção e, por fim, as conclusões.

Finalmente, este trabalho se justificativa pois, durante a busca por artigos semelhantes, observou-se um número diminuto de estudos encontrados em bases de dados e repositórios de dissertações e teses sobre o tema. Além disso, no âmbito da historiografia, a pesquisa realizada dialoga com a área de História das Mulheres, uma corrente em ascensão que até o momento se faz pouco presente nas Relações Internacionais e que pode contribuir consideravelmente para os estudos de gênero no curso ao propor a busca por atores considerados marginais nas narrativas oficiais, visibilizando outras perspectivas.

Desse cenário também nasce o desejo de inspirar outras pesquisadoras a realizarem trabalhos semelhantes sobre as demais mulheres notáveis das Relações Internacionais, oferecendo-as o merecido destaque que foi negado anteriormente. A escritora inglesa Virginia Woolf (1929) aponta que “pela maior parte da História, 'anônimo' foi uma mulher”. Nesse sentido, já é tempo de conhecermos seus nomes, rostos e legados.

## 2 PONDERAÇÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

Neste capítulo, realizou-se um apanhado conceitual sobre a invisibilização das mulheres, com foco nas relações internacionais.

### 2.1 NOTAS HISTÓRICAS

Para analisar a participação das mulheres na História das Relações Internacionais (RI), faz-se necessário, primeiramente, definir o surgimento da área dentro de um contexto histórico. Oficialmente, a primeira graduação em Relações Internacionais foi criada na Universidade de Aberystwyth em Gales em 1919, uma vez que a Primeira Guerra Mundial, encerrada apenas quatro anos antes, havia impulsionado os estudos das relações entre Estados e demais atores internacionais. Nesse sentido, o continente europeu foi palco do desenvolvimento de inúmeros institutos, seminários e centros de pesquisa de análise mundial, bem como de publicações especializadas como a *Current History* que possibilitaram os avanços e aprofundamentos das pesquisas.

Contudo, apesar de ser um curso inaugurado apenas no período posterior à Primeira Guerra Mundial, as análises das interações internacionais ocorrem há, pelo menos, 26 séculos, uma vez que o livro *A Guerra do Peloponeso*, escrito por Tucídides no século X a.C. é convencionado como uma de suas obras pioneiras. Além disso, suas origens modernas são oriundas do crescimento dos contatos políticos, militares e comerciais entre diferentes grupos e localidades iniciado entre os séculos XV e XVI<sup>1</sup>. Nesse sentido, por ser um curso interdisciplinar, observa-se em sua bibliografia básica as obras de pensadores das Ciências Políticas, Direito, Economia, História, Geografia e Sociologia, como Hobbes, Rousseau, Kant e Marx, que realizaram seus trabalhos muito antes do estabelecimento formal das RI, mas que influenciam diretamente em seus estudos (JACKSON; SORENSEN, 2018).

Essa distinção é relevante porque demonstra que, apesar do curso de Relações Internacionais ser recente, as análises e pesquisas que são realizadas utilizando seus objetos numa abordagem multifocal e disciplinar possuem origens longínquas. Dessa maneira, o estudo de mulheres nas Relações Internacionais não necessariamente se delimita aos séculos XX e XXI, podendo ser aplicado para questionar questões voltadas

---

<sup>1</sup> O aumento dos contatos entre diferentes grupos observado entre os séculos XV e XVI é oriundo da expansão marítima europeia que, ao buscar novos caminhos para alcançar a Ásia, chegou nas Américas e iniciaram um processo de exploração de seus povos e riquezas, iniciando um processo de globalização.

ao passado, como a falta de mulheres na bibliografia base do curso que remete há séculos antes de sua formalização ou mesmo ao presente, como a baixa participação de mulheres em cargos de diretoria na organização internacional mais influente da atualidade<sup>2</sup>.

## 2.2 NOTAS CONCEITUAIS

Assim como a definição e delimitação histórica realizadas na seção anterior, a realização de notas conceituais também se faz essencial para explicitar algumas definições fundamentais para a compreensão deste trabalho. Ao utilizar o termo “história”, referencia-se os fatos que compõem o passado, ou seja, os acontecimentos em que seres humanos foram sujeitos e agentes. Nesse sentido, sendo as mulheres mais da metade da humanidade, elas se mostraram e permanecem se mostrando peças tão centrais quanto os homens, construindo a civilização, garantindo a sobrevivência da humanidade e, quando permitidas, preservando a memória para as futuras gerações. Contudo, apesar da atuação notável das mulheres enquanto coletivo na vida pública, a maioria dos seus feitos foram excluídos do fazer “História”, isto é, da análise e da interpretação dos acontecimentos passados, uma vez que, desde o surgimento da escrita, essa atividade foi majoritariamente designada aos homens, sejam eles religiosos, intelectuais ou escribas (LERNER, 2020).

Assim, até poucas décadas, o fazer História se mostrou uma ferramenta efetiva do patriarcado para a opressão das mulheres, roubando-as o registro de seus feitos históricos enquanto grupo. Ressalta-se, nessa perspectiva, que estudar História das Mulheres como debater-se-á neste trabalho não é o mesmo que investigar mulheres na História, atividade que possui um olhar direcionado para figuras individualizadas. Na qualidade de área de historiografia, a História das Mulheres se propõe a analisar as condições materiais do coletivo, contudo, sem desprezar a o protagonismo de mulheres que foram referências.

O termo silenciamento emerge desse contexto como uma imposição de ordem simbólica presente nas esferas pessoal e coletiva de grupos estruturados nas instituições sociais como minorias, dentre eles, as mulheres. Ele advém à produção da História em quatro momentos cruciais: na criação do fato que origina as fontes; na montagem do fato a partir da seleção dos arquivos e documentos; na recuperação do fato que confecciona

---

<sup>2</sup> Um infográfico publicado pela ONU Mulheres em 2020 apontou que apenas 38% dos cargos de chefia e liderança são ocupados por mulheres (ONU MULHERES, 2020).

as narrativas; e no significado retrospectivo que se refere ao fazer História em sua última instância (TROUILLOT, 2015).

No âmbito feminino, o processo de silenciamento ocorreu de diversas maneiras, como o acesso tardio do grupo à escrita, a falta de interesse dos homens em registrarem os feitos das mulheres, enxergando-as enquanto cidadãs de segunda classe, a queima ou abandono de seus relatos pessoais frequentemente compreendidos enquanto registros a-históricos, o combate da memória verbal e a destruição de seus vestígios pela concepção culturalmente construída de serem pouco interessantes para a História da humanidade a partir da sedimentação da memória produzida pelas disparidades nas relações de poder (PERROT, 2005).

Esses processos de silenciamento não se limitam ao passado, mas permanecem influenciando e acontecendo no presente, como exemplifica Silvia Federici (2019) ao apontar que o termo *fofoca* teve sua definição alterada para dificultar os encontros entre mulheres no nascimento da Inglaterra Moderna. Até o século XV, a palavra se referia aos encontros de mulheres para conversas não apenas sobre a esfera privada, mas também sobre o âmbito público. Contudo, a deterioração da posição social das mulheres intensificada durante a Idade Média contribuiu para que a palavra fosse atrelada às conversas fúteis e maledicentes de mulheres, dificultando a ocorrência de seus encontros para a discussão da condição feminina e designando-as ao lar de maneira mais intensificada. Apesar dos progressos nas posições sociais das mulheres na sociedade, o conceito depreciativo da palavra é utilizado até a contemporaneidade, despontando o impacto do passado no tempo presente.

Para além disso, outros o silenciamento de mulheres permanece ocorrendo, manifestando-se também nas Relações Internacionais tanto na esfera acadêmica como na área de atuação, dado que é ilustrado pelo incidente de 2021 que foi apelidado pela mídia de *sofagate*, em que Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, encontrou-se com o presidente da Turquia e faltou uma cadeira para que ela se sentasse na zona nobre do salão com as outras duas figuras de autoridade presentes (COSTA, 2021). No âmbito teórico, ressalta-se que a falta de utilização de referências femininas na bibliografia clássica da área e o número reduzido de publicações femininas nos principais periódicos da área também fortalecem os processos de invisibilização e, por consequência silenciamento de mulheres nas Relações Internacionais, demonstrando que a problematização sobre o tópico permanece fundamental nos estudos do campo (SOUZA ET AL., 2019).

### 3 BERTHA LUTZ: CASO ISOLADO?

O aspecto internacional da vida de Bertha Lutz precede sua militância feminista. Filha de Adolfo Lutz, cientista suíço, e Amy Marie Gertrude Fowler, enfermeira britânica, A ativista nasceu em 1894, em São Paulo. Desde a infância, era muito estimulada pelos pais a estudar, que decidiram enviar a filha para Bath, no Reino Unido, para concluir seus estudos secundários. Na França, Bertha realizou sua graduação em Ciências Naturais e obteve os certificados de Estudos de Botânica, de Química Biológica e de Embriologia Geral pela universidade de Sorbonne. Apesar da dedicação à ciência, a atenção de Bertha se dividia com sua outra paixão: o movimento feminista que se expandia na sociedade francesa. (MARQUES, 2020).

Em 1918, Bertha Lutz volta para o Brasil e, enquanto inicia sua carreira científica, ocupa espaços nos jornais e revistas cariocas com a publicação textos de cunho feminista. No país, estudos e manifestações sobre o feminismo já emergiam, ainda que seu conceito ainda estivesse sob definição. Um ano após seu retorno, associa-se à Jerônima Mesquita, Maria Eugênia Celso e Maria Lacerda Moura para a criação da Liga pela Emancipação Intelectual Feminina. Para Lutz, a educação era compreendida como um pilar fundamental para a ascensão das mulheres na sociedade, assim como a igualdade entre os sexos perante a lei, que comumente restringia a inserção plena das mulheres no mercado de trabalho (MARQUES, 2020).

Em sua militância, Bertha possuía uma postura mais moderada, não utilizando da violência na busca por seus direitos. Nesse mesmo período, a parte das feministas inglesas que ficaram conhecida como *suffragettes* faziam manifestações radicais e eram pouco ouvidas por líderes da política do local. Para que o mesmo não ocorresse no Brasil e sua voz fosse ouvida, Lutz fazia o uso do diálogo e do debate com as figuras de autoridade brasileiras. Assim, Bertha se tornou bem vista por governantes da época. Sua imagem era de serenidade e assertividade simultaneamente (SMITHHISLER, 2021).

Em 1920, Bertha Lutz funda a Liga pelo Progresso Feminino a fim de expandir as demandas presentes na Liga pela Emancipação Intelectual Feminina e reunir brasileiras que compreendessem as mulheres enquanto sujeitos políticos. Inicialmente, a organização era formada majoritariamente por figuras femininas pertencentes à elite carioca, contribuindo para aproximação de Lutz às mulheres que possuíam sobrenomes importantes na esfera política. Dois anos depois da fundação da Liga pelo Progresso Feminino, a brasileira é convidada para representar o país na Conferência Pan-Americana

da Mulher e, inspirando-se nas táticas estadunidenses, decide expandir a Liga, oferecendo-a o título de Federação (KARAWAJCZYK, 2018).

Em dezembro de 1922, acontece a primeira Conferência pelo Progresso Feminino, organizada por Bertha e outras ativistas da Federação recém-criada. Para além de atrair mais mulheres para o movimento feminista, o evento almejava demonstrar aos homens que ocupavam cargos de poder na vida pública que as demandas femininas não ameaçavam a ordem social. O caráter reformista de Bertha auxiliou na sua popularização enquanto grande porta-voz do movimento feminista brasileiro, contribuindo para que ela fosse selecionada para participar da Conferência Internacional da Mulher, ocorrida na Itália, em 1923 (KARAWAJCZYK, 2018).

A partir disso, Bertha se tornou uma representante recorrente do movimento feminista nacional em eventos americanos sobre o tema, como a 1ª Conferência Interamericana de Mulheres e a Conferência da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. Nesse ínterim, a Federação, liderada por Lutz, organiza diversos eventos para sua popularização, possibilitando a aproximação com Getúlio Vargas em 1931 que influenciou na publicação do decreto-lei que altera o Código Eleitoral a fim de prever o sufrágio feminino e a nomeação de Bertha Lutz para a comissão de Elaboração do anteprojeto de Constituição.

**Figura 1** – Recorte de Jornal sobre os membros da Comissão do Anteprojeto de Constituição.



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Ainda durante o governo Vargas, a ativista se tornou deputada federal, exercendo o mandato até 1937, quando o presidente fecha o Congresso Nacional e impõe o Estado Novo<sup>3</sup> (SOUSA ET AL., 2005).

**Figura 2** – Dia da posse no mandato de Deputada Federal, 28 de julho de 1936



Fonte: Museu Bertha Lutz (2013)

Apesar do período ditatorial, Bertha permanece nos meios de influência política, participando de eventos internacionais que discutissem a questão das mulheres e a solidariedade continental. Além disso, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino permaneceu promovendo eventos em diferentes localidades do país, abordando a busca por direitos sem negligenciar a feminilidade no intuito de evitar ataques hostis às participantes. Vale ressaltar que o Estado Novo motivou Lutz a descentralizar sua luta da esfera nacional e envolver-se ainda mais nos movimentos pan-americanos.

Assim, em 1945, Lutz é selecionada para participar da comissão brasileira na Conferência da São Francisco que funda a Organização das Nações Unidas. O evento, que durou mais de dois meses de intensos debates acerca da constituição da Carta que institucionalizaria a organização, contou com 160 delegados de 50 países, um percentual alto tendo em vista que haviam apenas 69 Estados no mundo. Apesar da representação numérica relevante, a sub-representação feminina era notável: apenas 4 mulheres

---

<sup>3</sup> O Estado Novo foi implantado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 e tinha como principais características o nacionalismo, anticomunismo, autoritarismo e centralização do poder.

compareceram à reunião como delegadas de seus países: Bertha Lutz, do Brasil, Minerva Bernardino, da República Dominicana, Wu Yi-Fang, China e Virigina Gildersleeve, dos Estados Unidos (ONU BRASIL, 2007).

Na Conferência, Lutz se manteve fiel ao seu ativismo iniciado no Brasil e levou a pauta dos direitos políticos e educacionais das mulheres para o evento, defendendo que a palavra mulher fosse incorporada no documento a fim de não se utilizar o termo homem como um sinônimo de ser humano, invisibilizando metade da humanidade. Além disso, Lutz e Bernardino empenharam-se para que igualdade entre os sexos fosse uma premissa do documento, como consta no Artigo 8º. Contudo, luta das latino-americanas pela equidade não foi acompanhada pelas outras duas representantes mulheres, que votaram de maneira contrária as propostas, ou seja, essas só foram aprovadas por contar com o apoio de delegados homens oriundos do Uruguai, do México, da República Dominicana e da Austrália (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2022).

Nas figuras abaixo, apresentam-se os artigos que foram alterados por sugestão e incentivo de Bertha Lutz na Carta das Nações Unidas. Em destaque, encontra-se a modificação realizada na versão final. O documento é o tratado que rege a ONU até a atualidade e é utilizado por todos os 192 países signatários.

**Figura 3 – Artigo 1º da Carta das Nações Unidas**

**3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, **sexo**, língua ou religião; e**

Fonte: ONU (1945)

**Figura 4 – Artigo 8º da Carta das Nações Unidas**

**As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens **e mulheres** destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários.**

Fonte: ONU (1945)

A atuação de Bertha na reunião não foi apenas uma representação do movimento feminista brasileiro vigente na época, mas também do movimento feminista americano, uma vez que suas táticas, demandas e discursos foram altamente influenciados por suas experiências e diálogos com outras feministas na região, bem como pela pressão de organizações sociais da época, como as estadunidenses Associação pelo Avanço de Pessoas de Cor, a Liga de Cidadãos Latino-Americanos Unidos. Contudo, apesar do protagonismo das mulheres do Sul Global, os créditos pelas conquistas foram erroneamente atribuídos a Eleanor Roosevelt, primeira dama estadunidense que não participou integralmente do evento por conta do falecimento de seu marido e, quando questionada, mostrou-se em oposição às propostas feministas latino-americanas (MARINO, 2022).

Após a reunião, Bertha Lutz continuou sua luta como membro ativo do movimento feminista brasileiro, manifestando-se e organizando-se em coletivos até o seu falecimento em 1976. Na esfera nacional, seu legado foi objeto de inúmeras pesquisas e obras. Contudo, uma revisão dos documentos da Conferência de São Francisco apontou que as mulheres latino-americanas que haviam lutado pela visibilidade feminina no documento não estavam destacadas por seus feitos. Esse dado permaneceu inalterado até 2016, quando Elise Dietrichson e Fatima Sator, mestrandas em diplomacia na *University of London* analisam as anotações das mulheres participantes no evento e redescobrem o protagonismo das mulheres terceiro-mundistas – nomenclatura utilizada na época. Assim, para além do trabalho acadêmico, as pesquisadoras se empenharam em divulgar o legado de Lutz para além dos muros da universidade, oferecendo palestras para as Nações Unidas e membros do governo que se interessavam pela pauta. Ainda assim, sua trajetória ainda é pouco conhecida no exterior (DIETRICHSON; SATOR, 2021).

## 4 DESCONHECIMENTO NÃO É CASO ISOLADO, É PROJETO

Neste capítulo, discute-se como ocorreu o processo de silenciamento de Bertha Lutz, suas motivações sociopolíticas e possibilidades de revisionismo histórico de sua trajetória a partir da história das mulheres.

### 4.1 MULHERES OU OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA<sup>4</sup>

Entre o fim da Conferência de São Francisco e o reconhecimento, ainda que parcial, da atuação da Bertha Lutz em prol das mulheres no evento, passaram-se 40 anos, ou seja, quatro décadas em que mulheres dos países signatários da Carta das Nações Unidas se beneficiaram das conquistas oriundas da luta da ativista sem terem consciência da origem sul-globalista das mesmas. Muitas delas permanecem sem saber. Esse desconhecimento do legado de Lutz se configura como um processo de silenciamento, como destacado no conceito de Trouillot (2015).

O que ocorreu com a ativista não é um caso isolado, mas algo recorrente na história das mulheres. A fala feminina nos espaços públicos e de poder sofreu silenciamentos desde o início da civilização, emergindo nesses locais de forma tímida apenas no século XIX. Como Michelle Perrot (2005) indica:

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. [...] O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento (PERROT, 2005, p. 9).

Essa ausência de vozes femininas nos registros da História, marginalizando-as, não ocorre de maneira aleatória, mas advém de um processo de subjugação do sexo feminino iniciado com o estabelecimento do patriarcado entre 3100 e 600 a.C. em diferentes partes do mundo. Esse, munido de mecanismos culturais, econômicos, sociais e políticos que variavam de acordo com a sociedade analisada, contribuiu para que mulheres fossem vistas enquanto cidadãs de segunda classe, ou, como Simone de Beauvoir (1980) sugere, o outro, coadjuvante na estruturação da sociedade: “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (BEAUVOIR, 1980).

---

<sup>4</sup> O título desta seção faz referência ao livro *Mulheres ou os Silêncios da História* de Michelle Perrot, publicado no Brasil pela Editora EDUSC em 2005.

Para além do exposto, no segundo volume do Segundo Sexo, Beauvoir (1980) aponta uma série de experiências comuns à condição feminina numa sociedade patriarcal em que mulheres se encontram em um estado de desigualdade. Entre elas, o silenciamento de suas vidas, legados e jornadas aparece não apenas num âmbito político, mas também na esfera histórica. Dessa forma, a subjugação feminina ao longo do tempo não se resume à experiência individual da mulher, apresentando-se ao longo de toda a história do grupo, impactando também na falta de registros de seus feitos como se esses não merecessem qualquer destaque nos anais da História.

Da época dos reis da Antiga Suméria em diante, historiadores, fossem sacerdotes, servos reais, escribas, clérigos ou alguma classe de intelectuais com instrução universitária, passaram a selecionar os eventos que seriam registrados e a interpretá-los para que tivessem significado e significância. Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. [...] Assim, o registro gravado e interpretado do passado da espécie humana é apenas um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos seres humanos. (LERNER, 2020. p 24)

Além do silenciamento oriundo do sexo, Bertha sofreu com outro impeditivo para que seu legado fosse valorizado: a inferiorização destinada às feministas do Sul Global. Apesar de ter estudado na Europa e manter contatos diretos com feministas de todo o continente americano, apresentando proximidades com as estadunidenses, Lutz era uma mulher brasileira e sua nacionalidade era sempre destacada em suas aparições públicas, seja pela representação nacional ou sul-americana que ela fazia. Seu lugar e as demandas específicas de sua região eram tratadas como secundárias. Em alguns casos, feministas do Norte Global até questionavam se existia de fato um movimento oriundo do Sul ou se apenas se buscava uma similaridade com a condição das mulheres do Atlântico Norte, ignorando a agência sulista e, em especial, da América Latina (KARAWCZYK, 2018).

Outrossim, mundialização do movimento feminista que possibilitou que Bertha fizesse seus contatos internacionais e desenvolvesse novas técnicas de barganhas políticas também possuía pontos negativos que a afetaram diretamente e influenciaram nesse processo. Como Ballestrin (2020) explicita, a globalização do feminismo contribuiu para que a perspectiva hegemônica do Norte Global fosse vista como a universal, oferecendo destaque para as militantes do atlântico-nortistas em detrimento da valorização da atuação das ativistas do Sul, além de enfraquecer perspectivas mais subversivas do que aquelas presentes na mobilização hegemônica. Bertha Lutz, uma feminista frequentemente lida como comedida e em constante diálogo com as manifestantes do Norte Global,

apresentava demandas semelhantes às aquelas encontradas na região. Contudo, o processo de globalização parece ter fortalecido seu processo de silenciamento ao negligenciar a agência do Sul.

Outra questão que contribuiu para que Lutz tenha sido silenciada é a pouca preservação de seu acervo. Como segunda mulher a ingressar ao serviço público via concurso na história do país, a bióloga deixou suas memórias, gravações e fotos para o Museu Nacional, seu local de trabalho por boa parte da vida, pouco antes de morrer a fim de possibilitar que estudos fossem realizados sobre o movimento feminista do século XX. Um dos seus últimos desejos era que seu legado se tornasse um livro para inspirar outras mulheres a lutar no movimento feminista. Todavia, com o incêndio ocorrido no Museu Nacional em 2018, todo o seu acervo foi queimado. A falta de preservação dos seus registros motivada pela ausência de investimento público suficiente é, também, uma forma de silenciamento (GANDRA, 2021).

Nesse sentido, utilizando novamente o conceito de Trouillot (2015), percebe-se que Bertha Lutz sofreu com o silenciamento de sua trajetória em todas as etapas que esse fenômeno pode ocorrer no processo histórico: na criação do fato que origina as fontes, uma vez que desde a fundação da ONU sua atuação não recebeu os devidos créditos; e na montagem, recuperação e significado de seus feitos, uma vez que a maior parte dos arquivos que resgatavam a maneira como Bertha foi um pivô das negociações na Conferência de São Francisco foram queimados no incêndio do Museu Nacional sem terem sido escaneados ou copiados previamente para outro espaço (GANDRA, 2021).

Dentro das Relações Internacionais, Bertha não é a única a sofrer com silenciamentos. Para além da falta de mulheres na bibliografia tradicional do curso e abordando apenas exemplos de mulheres contemporâneas à Lutz, Minerva Bernardino, latino-americana que compareceu à Conferência de São Francisco e atuou juntamente com Bertha para a inclusão da palavra mulher ao documento, também foi vítima de um apagamento com a atribuição de créditos da alteração para Eleanor Roosevelt. Outra figura que ilustra o papel que é atribuído às mulheres nas RI é Amalia de Castillo, mexicana que atuou em inúmeras conferências pan-americanas com Lutz e Bernardino, também teve sua militância pouco divulgada para além de suas fronteiras nacionais (PEREIRA, 2021; DE LIMA, 2021).

Vale ressaltar que, apesar do silenciamento, Bertha Lutz, Minerva Bernardino e Amalia de Castillo Ledón só obtiveram espaço nas mesas de discussões do feminismo mundial porque eram feministas liberais, ou seja, não discutiam as demandas específicas

das mulheres que estavam no front das opressões patriarcais: negras, trabalhadoras e pobres. Ademais, suas lutas centravam-se para que as mulheres estivessem em condição de igualdade política, educacional e econômica com os homens, limitando-se a questionar pouco a estrutura que as colocava na posição de desigualdade. Nesse sentido, é impossível medir o real impacto do silenciamento de mulheres nas Relações Internacionais uma vez que boa parte de seus feitos não foram registrados e/ou preservados (MARINO, 2021).

À vista dos impactos históricos, a falta de representação de mulheres nas Relações Internacionais também influencia o presente. Apesar da área ser majoritariamente feminina, não se observa o ensino de figuras de mulheres protagonistas no campo, seja no âmbito bibliográfico ou citando figuras que mudaram o rumo das RI no Brasil e em outras partes do globo. Dessa forma, cria-se um sentimento de não-pertencimento aos locais de prestígio da área, uma vez que as representações dessas vagas e espaços são quase sempre masculinas aos olhos daquelas que não estudam com profundidade e especificidade a trajetória de mulheres na área. Assim, ocorre a manutenção da designação de homens para os papéis de homens para cargos de liderança e repete-se o ciclo da falta de representação que acarreta na sensação de inadequação.

#### 4.2 OUTRAS POSSIBILIDADES: O IMPACTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

A partir do exposto, é nítido que há um padrão histórico-social de silenciamento de mulheres que ultrapassa as Relações Internacionais e transborda para todas as áreas de conhecimento e espaços públicos e privados, ainda que cada um possua suas particularidades. Desse modo, é necessário que movimentos conscientes sejam feitos na academia e nas demais esferas para que a posição social da mulher seja alterada e ela possa ser vista enquanto sujeito histórico e agente político independente, empoderando a classe.

Uma das possibilidades para que isso ocorra no campo da História é a utilização da História das Mulheres, abordagem que se propõe analisar as condições materiais do coletivo a partir de revisionismos históricos que apontem o papel das mulheres em diferentes recortes geográficos e temporais, tirando do homem o papel de ser humano universal utilizado na maior parte das análises históricas. A partir dela, pode-se compreender como o patriarcado omitiu os feitos femininos até o último século e, assim,

desenvolver uma consciência feminista nas mulheres a partir do entendimento do impacto do silenciamento no passado e no presente (LERNER, 2020).

Os primeiros debates sobre a História das Mulheres surgem em uma conjuntura de fortalecimento do movimento feminista nos Estados Unidos e nos países que compõem a Europa Ocidental a partir da década de 1970. Nos grandes centros intelectuais europeus, os cenários acadêmico e trabalhista eram incendiados pelas demandas do movimento Maio de 1968, originado nas principais universidades francesas com o intuito de questionar as estruturas sociais do momento, trazendo à pauta termos como rebeldia, resistência e revolução, bem como questionamentos sobre o anacronismo dos costumes, almejando mudanças no cenário político. Efetivamente, poucas demandas práticas das manifestações foram aceitas. Ainda assim, seus discursos ecoaram mundialmente, influenciando na ascensão de discussões sobre os direitos das mulheres, dos negros e da população LGBT e oferecendo-os uma visibilidade pouco observada até então (ARCANY, 2008).

Concomitantemente às ondas revolucionárias, a História das Mulheres nasce no Reino Unido e nos Estados Unidos motivada por fatores políticos, como o fortalecimento do movimento pela emancipação das mulheres; sociológicos como a maior presença de mulheres no mercado e nas universidades; e científicos, como a crise do pensamento positivista e o alinhamento da história e da antropologia. Cinco anos depois, em 1973, na Universidade de Paris VII, os estudos sobre História das Mulheres foram inaugurados. De modo acanhado pela recepção incerta no mundo acadêmico, as professoras Michelle Perrot, Pauline Schmitt e Eabienne Bock ofereceram o primeiro curso que mais levantava questionamentos do que respostas, intitulando-o “as mulheres têm uma história?”. O curso foi um sucesso e suas iniciativas se espalharam pelo resto da Europa, alcançando também a América Latina e a Ásia, principalmente (PERROT, 2007).

Dessa forma, a popularização do campo da História das Mulheres ocorreu de maneira simultânea à segunda onda do feminismo que se centrava nas críticas à subordinação patriarcal cotidiana, na presença feminina no mercado após a Segunda Guerra Mundial e nas intersecções entre sexo, raça e classe (FRASER, 2016). Como aponta a historiadora feminista Louise A. Tilly:

Um aspecto da História das Mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a História das Mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros

de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980 (TILLY, 1994, p. 31).

À vista disso, começaram a surgir nas universidades francesas na década de 1970 cursos, colóquios e grupos de reflexão sobre a referida temática, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Cahiers pour l'histoire des femmes*. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a História das Mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional. Na Inglaterra, reuniram-se os historiadores das mulheres em torno da *History Workshop* e nos Estados Unidos, desenvolveram-se os *Women's studies*, surgindo as revistas *Signs* e *Feminist Studies*. Tais estudos estenderam-se, ainda nos anos 1970, a outras partes da Europa e do mundo, incluindo o Brasil. Esse reconhecimento, no entanto, ainda é frágil, não se podendo afirmar que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental da História. (SOIHET, 1997, p. 401).

Ainda assim, o fortalecimento dos estudos das mulheres é crescente e contribui para que se reoriente o interesse pelas pessoas comuns do passado na direção das mulheres e das suas relações econômicas, sociais e políticas, oferecendo um rosto e uma biografia até então desconhecida sobre suas experiências comuns. Assim, no âmbito das Relações Internacionais, possibilita-se, a partir da História das Mulheres, a escrita de estudos e análises que evidenciem como as mulheres influenciaram no desenvolvimento da área e da disciplina, desde pensadoras e players políticos a figuras da sociedade civil que impulsionaram pensamentos (TILLY, 1994).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa, algumas conclusões foram obtidas. A primeira delas é que Bertha Lutz foi uma figura fundamental para as Relações Internacionais e para a representação de mulheres brasileiras no âmbito da política externa. Contudo, seu legado foi silenciado e, mesmo com as descobertas recentes, sua história permanece apagada para centenas de mulheres que poderiam ser influenciadas e inspiradas pela mesma, explicitando que esse silenciamento também é parte de um projeto que dificulte a tomada de espaços por vozes, corpos e mentes femininos.

Por consequência, a realização de trabalhos que tragam luz aos feitos das mulheres é importante para que suas trajetórias sejam revistas e recebam a visibilidade que há muito necessitam. Na esfera social, este estudo contribui para reflexões acerca da invisibilização estrutural de mulheres no decorrer da história, auxiliando em problematizações sobre o passado, o presente e o futuro femininos e possibilitando formação de políticas públicas que almejem a popularização de mulheres relevantes para a História, bem como a criação de mecanismos que garantam o protagonismo feminino nas mais diversas áreas de atuação. Ademais, numa perspectiva coletivista, ressalta-se que ninguém está afrente da história, tendo em vista que, enquanto sujeitos sociais que são atravessados pelo processo civilizatório, os seres humanos são frutos do seu meio. Ou seja, estudar Bertha Lutz é se debruçar sobre todo o movimento feminista latino-americano em que ela estava inserida.

Todavia, é relevante explicitar que estudar apenas mulheres que possuíram papéis de algum prestígio não é suficiente, tendo em vista que muitas concessões e adaptações discursivas e de postura tiveram que ser feitas para que essas ocupassem seus lugares. Por esse motivo, estudar mulheres cotidianas e enquanto coletivo a partir da História das Mulheres é essencial para compreender, de fato, quais eram as condições materiais de mulheres em determinadas épocas e localidades bem como suas demandas particulares. Desse modo, oferece-se um protagonismo para aquelas que sofreram opressões interseccionais, como sexo, raça e gênero.

A partir dessa inferência, emerge a primeira sugestão para estudos futuros: expandir os objetos de análises de mulheres nas Relações Internacionais utilizando a História das Mulheres como abordagem possível e aliando-a a outras modalidades de análise, como a História Global e os Estudos Decoloniais. Além disso, também se sugere que Bertha Lutz permaneça sendo um objeto de análise, uma vez que seus comportamentos e influência merecem ser investigados a partir de diferentes lentes que a

localizem na História, nas Relações Internacionais, no movimento feminista e na ciência enquanto bióloga.

Por fim, indica-se que a agência das mulheres enquanto fontes bibliográficas e figuras políticas seja mais evidenciada nas Relações Internacionais, oferecendo um enfoque especial às suas atuações ao defini-las enquanto objeto de estudo, bem como priorizando conscientemente seus escritos como referências para o campo, fugindo, finalmente, da hegemonia do universal masculino.

## REFERÊNCIAS

- ARCARY, V. <b>Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo</b> - DOI: 10.4025/actascihumansoc.v30i2.3205. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n. 2, p. 203-209, 18 dez. 2008.
- ARRAES, Virgílio; GEHRE, Tiago. **Introdução ao estudo das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva. 2013.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasília). **Recorte de jornal sobre a designação, pelo Chefe do Governo Provisório, dos membros nomeados da Comissão encarregada de elaborar o Anteprojeto da Constituição Brasileira**. Brasília, 26 set. 2019. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/item-1>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- COSTA, Olivier. La politique étrangère de l'Union au prisme du soft power. **Revue de l'Union Européenne** v. 648,2021, pp. 260-265
- DE LIMA, Daiane. História e Cinema: uma leitura do filme Frida (2002). 2021. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História – América Latina) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Foz do Iguaçu, 2021.
- DIETRICHSON, Elise; SATOR, Fatima. The Latin American Women. In: ADAMI, Rebecca; PLESCH, Dan. **Women and the UN**. Londres: Routledge, 2021. p. 16-38.
- FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Outubro** (26), 2016, pp.31-56. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2016/07/02\\_Nancy-Fraser.pdf](http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2016/07/02_Nancy-Fraser.pdf). Acesso em: 18 jun. 2018.
- GERHARDT, Tatiana Engel ; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRANDA, Alana. Museu Nacional recupera imagens do Fundo Bertha Lutz. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2021.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens**. 3 ed. Companhia das Letras, 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, 2018.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. Editora Cultrix. 2020.

MARINO, Katherine. From women's rights to human rights: the Latin American Women. In: ADAMI, Rebecca; PLESCH, Dan. **Women and the UN**. Londres: Routledge, 2021. p. 16-38.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. 2 ed. Edições Câmara, 2020.

MUSEU BERTHA LUTZ (Brasília). Museu Bertha Lutz. **Discurso de posse no mandato de deputada federal**. Brasília, 26 mar. 2013. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=1123>. Acesso em: 4 nov. 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Nova Iorque: 1945. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. acesso em 28 abr. 2022

ONU MULHERES – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES. Representation of Women in the UN System. Nova Iorque: 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2021/Status-of-women-in-the-UN-system-2021-Infographic-en.pdf>. Acesso em 03 de nov. 2022

PERREIRA, Fernanda Linhares. **A História Não contada da Declaração Universal dos Direitos Humanos**: os caminhos do protagonismo latino-americano entre 1946 e 1948. 2021. 400 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SMITHHISLER, Hadley. “She is nothing if not a strategist; The Influence of Biologist Bertha Lutz’s Scientific Perspective on Pan American Feminism. **Midwest Journal of Undergraduate Research**, v.12, 2021.

SOUSA, L. G. P.; SOMBRIO, M. M. O.; LOPES, M. M. Para ler Bertha Lutz. Campinas, **Cadernos Pagu**, n. 24, jan./jun. 2005. p. 315-325

SOUZA, André Luiz Coelho Farias; ELIAS, Ivi Vaconcelos; SANTOS, Vinícius Silva. A Participação das Mulheres na Produção Acadêmica da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Mural Internacional**, n. 10. 2019.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu (3), 1994. 29-62

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: Power and the production of history**. Beacon Press, 2015.

VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; OLIVEIRA, Deborah Christina Biet de. Bertha Lutz: articulação internacional do movimento feminista brasileiro e a participação na Conferência de São Francisco. **Anais da Primeira Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia**, 1 ed. São Paulo: Editora de Castro. 2022.

WOOLF, Virgínia. **A Room of One's Own**. 1. ed. Londres: Hogarth Press. 1929

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia da pesquisa. SEAD/UFSC, 2006. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.